



ESTADO DO PARANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
CNPJ. 01.517.961/0001-30

1126ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2026.

Ao 1º (primeiro) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, precisamente às 19h00m (dezenove horas), reuniram-se na Sala de Sessões Vereador Celito Rasvailer da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, em caráter ordinário, os nobres vereadores cruzeirenses. Feita a chamada constatou-se a presença dos vereadores: Anderson Ferreira Gomes, Celso Alves de Figueiredo, Lucas Alves Donatão, Milton Aparecido Andrade da Fonseca, Milton Monteiro, Silvana Aparecida Dutra Viana e Sônia Aparecida Senra. Estavam ausentes os vereadores Arlete Conceição Corniani da Silva e Sidney Ferreira da Silva. Dado o número legal, de acordo com a conformidade da lei, a Senhora Presidenta, vereadora Silvana Aparecida Dutra Viana, declarou, em nome de Deus, aberta a sessão e respectivos trabalhos do dia. Em seguida, solicitou aos pares a votação da Ata da Sessão anterior, cuja cópia fora distribuída anteriormente aos pares, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Dando sequência, e devido a ausência da primeira secretária, vereadora Arlete Conceição Corniani da Silva e a ausência do 2º secretário, vereador Sidney Ferreira da Silva, a senhora presidenta solicitou ao vereador Milton Aparecido Andrade da Fonseca, que procedesse a leitura das correspondências, as quais constavam: Boletim FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná); Revista Radis; Revista Paraná Cooperativo. Na ordem do dia constava: indicação do vereador Milton Monteiro solicitando ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instalação de câmeras de monitoramento nas dependências das unidades de Saúde Municipal, como o Hospital Dr. Gregório Tchalekian e UBS Prefeito João Esteves Parra; outra indicação do vereador Milton Monteiro para a ampliação da UBS Prefeito João Esteves Parra. A senhora presidente justificou a ausência da vereadora Arlete Conceição Corniani da Silva por motivo de doença. E tínhamos também a ausência do vereador Sidney Ferreira da Silva, que estava em viagem a Curitiba a trabalho. Colocado em votação a indicação do vereador Milton Monteiro a respeito da indicação do vereador solicitando câmeras de vídeos nas unidades de saúde municipal. O vereador Milton Aparecido Andrade da Fonseca salientou que deviam, se permitem, mais um adendo nessa indicação, que não só no Departamento Municipal de Saúde, mas que futuramente colocassem esse monitoramento em todo os prédios municipais. Isso para que todo mundo que dali desfrutava do atendimento, até os próprios funcionários, que tivessem mais segurança. Que as vezes tínhamos um dia de pessoas estressadas, com funcionários, eles tendo a lei, que se pessoas que ofendessem o funcionário, poderiam ser penalizadas. Então, sendo gravado isso aí, registrado, que no futuro acontecesse alguma coisa, mas estava registrado, que a pessoa pudesse ser inibida de uma penalidade. Porque funcionário estava ali e não era fácil cuidar da saúde. Pessoa chegava ali com um problema de saúde, não era fácil também, estava com problema. Então, desde que estivessem registradas todas essas coisas, seriam mais fáceis no futuro que viessem a acontecer algum imprevisto. Estava ali com segurança, registrado, podia ser cobrado, tanto diretor quanto funcionário, até do paciente que estava sendo atendido. O vereador Anderson Ferreira Gomes aprovou a indicação do vereador Milton Monteiro, dizendo que tal indicação era muito importante no seu ponto de vista. Até porque às vezes víamos falar do pessoal, que fulano não estava no seu setor, não estava trabalhando nesse horário. Então essas câmeras querendo ou não, iriam ser um passo importante até mesmo para isso. Lida a outra indicação do vereador Milton Monteiro solicitando a reforma e ampliação da UBS Prefeito João Esteves Parra. A presente indicação se fazia necessária, considerando que já existia projeto para a reforma e ampliação da unidade, porém a demanda crescente de atendimentos e o aumento do número de profissionais tinham gerado dificuldades estruturais significativas, especialmente pela insuficiência de salas para atendimento. Destacou-se ainda que a unidade passaria a contar com atendimento odontológico, tornando-se ainda mais necessária a ampliação do espaço físico a fim de garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e atendimento de qualidade à população. Dessa forma, solicitou celeridade no início das obras, visando proporcionar melhores condições estruturais para o funcionamento da unidade e maior conforto e segurança aos usuários e profissionais.

João Lemes da Silva, 485, CENTRO - CEP: 87.650-026 – CRUZEIRO DO SUL - PARANÁ

Email: camara@cmcruzeirodosul.pr.gov.br site: www.cmcruzeirodosul.pr.gov.br (44) 3112-2470



ESTADO DO PARANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
CNPJ. 01.517.961/0001-30

Com a palavra, vereador Milton Monteiro, o qual disse que a ampliação da UBS era mais por falta de espaço. E seria um projeto para o futuro, mas que fossemos avançar mais ligeiro, porque estava ficando pouco espaço ali, todo mundo sabia disso. Quem usava ali, estava vendo que os funcionários estavam trabalhando com falta de salas. Com a palavra a vereadora Sônia Aparecida Senra, a qual disse que tal indicação, ela, a professora Silvana Aparecida Dutra Viana e a professora Arlete Conceição Corniani da Silva, fizeram essa solicitação no dia 3 de junho de 2025. Então, seria uma ratificação. Aprovado, com certeza a UBS estava precisando mesmo de aumentar o espaço. O vereador Anderson Ferreira Gomes disse que tal indicação por ser uma ratificação, então que cobrassem um pouco mais do Executivo para estar fazendo essas indicações acontecerem. O vereador Celso Alves de Figueiredo aprovou e disse que inclusive hoje estivera na UBS tomando vacina da gripe, e achava importante que a questão nossa da saúde era uma questão de necessidade primária, e era importante realmente fazermos ali uma ampliação para atender, dar um melhor atendimento. Embora o vereador disse que esteve hoje lá e até se surpreendeu, foi o primeiro dia do agendamento e estava vazio de tudo, só estava ele e sua mãe lá para serem atendidos. Então, tomara que dê certo a questão do agendamento. Aprovada a indicação. O vereador Milton Aparecido Andrade da Fonseca destacou que já existia um processo em andamento para a ampliação da unidade básica de saúde, o que representaria um benefício significativo tanto para os profissionais que trabalhavam no local quanto para os munícipes que dependiam do atendimento. Ele parabenizou o vereador pela indicação e reforçou o pedido para que o Poder Executivo desse maior celeridade ao processo. Também informou que as etapas relacionadas à obra e à licitação estavam sendo concluídas, embora os trâmites licitatórios tivessem sido demorados devido aos procedimentos legais. Ressaltou que dificilmente a obra seria iniciada antes das eleições, mas manifestou a expectativa de que, ao menos, o processo licitatório fosse finalizado nesse período. Por fim, afirmou acreditar que a realização da obra era uma prioridade para o diretor de saúde e para o prefeito, e aprovou a indicação, parabenizando seus autores. Nesse momento, a senhora presidente, Vereadora Silvana Aparecida Dutra Viana, deixou a palavra com o diretor do Departamento de Saúde Municipal, senhor Douglas Sitoni, o qual agradeceu novamente pela Casa de Leis abrir o espaço para que ele pudesse falar sobre os avanços que estavam acontecendo no setor de saúde, apresentando o trabalho realizado. Ficava muito feliz em hoje trazer mais uma demanda que vinha já sendo solicitada pela comunidade. Sabia que aqui os vereadores também já fizeram vários requerimentos solicitando. E como toda e qualquer mudança, ela gerava um pouco de dúvidas, de expectativa, e se colocava à disposição para esclarecer isso. Explicaria sobre os dois requerimentos do vereador Milton Monteiro e já adiantava a resposta. Sobre as câmeras de segurança, realmente era uma necessidade hoje, por segurança do próprio servidor, do próprio paciente e da própria gestão como um todo. Então, nós já estávamos em fase de levantamento há alguns meses dos locais, de como que vai ser colocado, para fazer o processo licitatório. Tudo isso depende principalmente de recursos. Então, estavam estudando, tínhamos alguns recursos que podiam ser usados para isso. Então, a intenção era que se colocasse no hospital, nos locais que podiam, porque hoje existia a lei de proteção de dados muito rigorosa. Inclusive quem tem acesso, quem não ia ter acesso, era uma coisa bem complicada, para proteger quem está sendo gravado e quais locais. O secretário informou que o município ainda não possuía um projeto para a reforma e ampliação da UBS, pois estava realizando um processo licitatório para contratar uma empresa de engenharia responsável pelos projetos. Explicou que o recurso de R\$ 400 mil já estava disponível e que sua utilização foi adiada para priorizar outros projetos em andamento durante o período eleitoral. Também relatou que buscou alternativas para ampliar os atendimentos de fisioterapia e psicologia, inclusive por meio da locação de imóveis, mas encontrou dificuldades devido à falta de espaços adequados. Sobre a odontologia, esclareceu que a sala destinada ao setor já existia no projeto original da UBS e apenas estava sendo utilizada para outras finalidades. Informou que o espaço voltaria a atender a odontologia, enquanto uma nova equipe de Estratégia Saúde da Família passaria a atuar na unidade. Em relação ao novo sistema de agendamento, destacou que ele representou um avanço histórico para o município.

João Lemes da Silva, 485, CENTRO - CEP: 87.650-026 – CRUZEIRO DO SUL - PARANÁ

Email: camara@cmcruzeirodosul.pr.gov.br site: www.cmcruzeirodosul.pr.gov.br (44) 3112-2470



ESTADO DO PARANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
CNPJ. 01.517.961/0001-30

Explicou que a administração já havia implementado medidas para reduzir filas e otimizar os atendimentos, como a renovação de receitas médicas sem necessidade de consulta e mudanças nos procedimentos relacionados a atestados médicos. Após meses de estudos e visitas a outros municípios, a equipe implantou o agendamento de consultas por telefone, WhatsApp ou presencialmente. O secretário afirmou que o novo modelo organizou melhor o atendimento, humanizou o acesso à saúde e eliminou a necessidade de madrugar em filas para conseguir fichas. Garantiu que ninguém ficaria sem atendimento, pois os casos urgentes seriam encaminhados ao hospital e os demais seriam agendados conforme a disponibilidade. Também informou que os retornos passariam a ser previamente marcados e que o sistema poderia receber ajustes ao longo do tempo, mas ressaltou que a administração não pretendia retornar ao antigo modelo de distribuição de fichas. O vereador Milton Aparecido Andrade da Fonseca, lembrou a questão do medicamento contínuo. Que os agentes comunitários de saúde podiam, a pessoa ter um cadastro, ter um acompanhamento lá, podiam pegar com o médico a receita e o agente comunitário de saúde, levar para o cidadão. Nesse caso aí, para substituir isso daí, era questão de um prolongamento da receita de até três meses. O secretário explicou que alguns medicamentos fornecidos por programas estaduais exigiam renovação mensal da receita, conforme determinação do próprio Estado. Informou que, no caso dos medicamentos controlados distribuídos pela farmácia básica, a equipe avaliou alternativas para ampliar o prazo de renovação e passou a adotar, em alguns casos, receitas válidas por até três meses, sem necessidade de consulta médica mensal. Também relatou que anteriormente os agentes comunitários de saúde podiam auxiliar na renovação e entrega de medicamentos, mas que mudanças nas normas para medicamentos controlados exigiram maior acompanhamento dos pacientes. Destacou que a farmácia implantou o consultório farmacêutico, no qual o farmacêutico passou a orientar os usuários sobre a forma correta de utilização dos medicamentos, possíveis efeitos colaterais e demais cuidados necessários. Além disso, informou que os pacientes passaram por novas avaliações periódicas, especialmente quando retornavam para retirar novas medicações, em razão das alterações nas normativas vigentes. A vereadora Sônia Aparecida Senra perguntou ao secretário como iriam ser atendidos os cidadãos que passassem mal, de forma imprevista sem poder ter tido o agendamento. O secretário explicou que se a pessoa passou mal de madrugada teria de ser atendida no hospital. Tínhamos médico no hospital plantonista 24 horas. Ao ser questionado pelo vereador Celso Alves de Figueiredo sobre a demora na realização de uma cirurgia de tireoide, o secretário explicou que, após o encaminhamento do paciente, a regulação passava a ser responsabilidade do Estado e não mais do município. Informou que os agendamentos dependiam dos prestadores credenciados e das vagas disponibilizadas pelos sistemas de regulação estadual e pelos consórcios de saúde. Ele relatou que todo o processo era informatizado e que o município possuía poucas alternativas além de acompanhar o sistema e buscar informações sobre previsões de agendamento junto às unidades de referência. Também explicou que, em casos de longa espera e agravamento do quadro clínico, os pacientes precisavam passar por nova avaliação médica para atualização dos laudos, permitindo uma possível reclassificação da prioridade pelo sistema de regulação. Como exemplo, mencionou o caso de uma paciente que aguardava um exame especializado desde setembro de 2025. Ao verificar a situação, constatou que o prestador responsável disponibilizava apenas uma vaga por mês para os 28 municípios atendidos pelo consórcio. Destacou que a escassez de profissionais e prestadores de serviço dificultava os atendimentos e gerava filas de espera. Por fim, afirmou que a equipe monitorava constantemente possíveis desistências e vagas remanescentes para tentar antecipar os atendimentos dos pacientes cadastrados. Ao esclarecer dúvidas sobre o novo sistema de agendamento, o secretário informou que os pacientes puderam marcar consultas com antecedência, inclusive para datas futuras, sem a necessidade de terem passado por consulta prévia. Explicou que a agenda dos profissionais já havia sido organizada conforme os programas e serviços oferecidos pela UBS, como atendimento a gestantes e outros programas específicos. Ele destacou que a disponibilidade de profissionais variava conforme a programação da unidade, havendo dias com mais ou menos

João Lemes da Silva, 485, CENTRO - CEP: 87.650-026 – CRUZEIRO DO SUL - PARANÁ

Email: camara@cmcruzeirodosul.pr.gov.br site: www.cmcruzeirodosul.pr.gov.br (44) 3112-2470



ESTADO DO PARANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
CNPJ. 01.517.961/0001-30

médicos em atendimento devido às atividades especializadas. Por isso, afirmou que o sistema de agendamento já considerava essa organização e permitia que os usuários marcassem consultas para os dias e horários disponíveis, garantindo maior planejamento tanto para a equipe de saúde quanto para a população. Ao responder sobre a implantação de um sistema integrado entre os médicos e a farmácia municipal, o secretário explicou que inicialmente o município havia estudado a contratação de uma empresa privada para fornecer a ferramenta. No entanto, após analisar experiências de outros municípios, verificou que existiam dificuldades na integração das informações com os sistemas do Ministério da Saúde, o que poderia comprometer indicadores e resultar na perda de recursos. Diante dessa situação, informou que o próprio Ministério da Saúde lançou um sistema específico para a farmácia básica, denominado ESUSAF. Relatou que a equipe participou de treinamentos e iniciou o processo de implantação da plataforma, que passaria a integrar as informações da farmácia com o prontuário eletrônico dos pacientes. Também destacou que o município adquiriu novos computadores para a UBS e para o hospital, com o objetivo de ampliar a utilização do prontuário eletrônico e permitir que os profissionais de saúde acessassem o histórico dos pacientes de forma integrada. Acrescentou que havia expectativa de que o novo sistema possibilitasse a consulta do estoque de medicamentos e a divulgação dessas informações de forma online, aumentando a transparência e facilitando o atendimento. Por fim, afirmou que, enquanto a implantação não fosse concluída, os médicos continuariam recebendo informações atualizadas sobre os medicamentos disponíveis na rede municipal. Ressaltou ainda que o novo sistema reduziria custos, melhoraria o envio de dados ao Ministério da Saúde e contribuiria para a manutenção dos recursos destinados ao município. Ao ser questionado sobre a ampliação da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais), o secretário informou que a lista passou por uma atualização significativa. Explicou que as alterações foram analisadas por uma comissão de farmácia e terapêutica, composta por médicos, enfermeiros e farmacêuticos, que avaliaram quais medicamentos deveriam ser mantidos, excluídos ou incluídos conforme a realidade e as necessidades do município. Ele destacou que a inclusão de um medicamento na REMUME gerava a obrigação de fornecimento por parte do município, motivo pelo qual as alterações precisaram ser feitas com cautela. Também relatou que foram retirados medicamentos que já não eram utilizados e incorporados aqueles considerados necessários para a rede municipal. Além disso, explicou que o município participava do Consórcio Paraná Saúde, por meio do qual realizava aportes financeiros periódicos e recebia medicamentos ao longo do ano. Ressaltou que a atualização da REMUME também acompanhou as mudanças na relação de medicamentos disponibilizados por esse consórcio. Por fim, esclareceu que os medicamentos fornecidos por determinação judicial não integravam a REMUME municipal, pois eram destinados a casos específicos e podiam ser de responsabilidade do município, do Estado ou da União. Concluiu afirmando que a lista municipal havia sido revisada e ampliada de forma relevante. Ao esclarecer sobre o novo horário de consultas no hospital durante sábados, domingos e feriados, o secretário informou que a medida foi definida após reuniões com os profissionais da unidade. Explicou que a mudança ocorreu porque muitas pessoas procuravam o hospital para situações que poderiam ser resolvidas na UBS, o que dificultava o atendimento quando surgiam casos de urgência e emergência. Diante disso, a equipe estabeleceu horários específicos para consultas médicas nos períodos em que a UBS permanecia fechada. Nesses horários, os médicos ficaram disponíveis para atender pacientes que necessitassem de avaliação médica, especialmente aqueles que apresentassem problemas de saúde durante fins de semana e feriados. O secretário ressaltou que a população foi orientada a evitar deslocamentos ao hospital apenas para apresentar exames ou tratar questões que poderiam aguardar atendimento na UBS, salvo quando houvesse solicitação médica ou necessidade hospitalar. Também destacou que, mesmo durante os horários de consulta, os profissionais priorizaram imediatamente qualquer caso de urgência ou emergência que chegasse à unidade. Por fim, explicou que os médicos permaneceram de sobreaviso nos demais períodos, preparados para atender ocorrências como acidentes, transferências de pacientes,

João Lemes da Silva, 485, CENTRO - CEP: 87.650-026 – CRUZEIRO DO SUL - PARANÁ
Email: camara@cmcruzeirodosul.pr.gov.br site: www.cmcruzeirodosul.pr.gov.br (44) 3112-2470



ESTADO DO PARANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
CNPJ. 01.517.961/0001-30

atendimentos do SAMU e partos de emergência. Segundo ele, a criação desses horários específicos representou uma forma de ampliar o acesso às consultas sem comprometer a principal função do hospital, que continuou sendo o atendimento de urgência e emergência. Ao responder sobre a situação do atendimento psicológico no município, o secretário informou que houve mudanças entre os profissionais que atuavam na UBS e que a administração passou a buscar alternativas para suprir a demanda por meio de um processo de credenciamento. Ele explicou que o município possuía apenas uma profissional com carga horária de 20 horas semanais, o que se mostrou insuficiente para atender todas as necessidades da rede de saúde. Destacou que o trabalho da psicóloga não se limitava aos atendimentos individuais, mas também incluía participação em grupos de gestantes, hipertensos, diabéticos e outros programas de promoção à saúde, além do acompanhamento de pacientes com necessidades mais complexas. Segundo o secretário, a procura pelos serviços psicológicos apresentou alta demanda, tornando necessária a ampliação da oferta de atendimentos. Por isso, o município passou a buscar formas de contratar mais profissionais para fortalecer o serviço. Enquanto essa solução não era implementada, ele informou que os pacientes continuaram tendo acesso ao atendimento psicológico por meio do consórcio de saúde, desde que houvesse encaminhamento médico. Reconheceu que o deslocamento até os locais de atendimento poderia gerar dificuldades, mas ressaltou que o serviço permaneceu disponível para a população. O secretário informou que o município recebeu do Ministério da Saúde um recurso suplementar, não vinculado a emenda parlamentar, no valor aproximado de R\$ 1,3 milhão, destinado aos blocos PAP e MAC. Explicou que, para utilizar o recurso, a prefeitura elaborou um plano de trabalho e o encaminhou ao Ministério para análise e aprovação. Relatou que o processo de avaliação ainda não havia sido concluído, mesmo após cerca de 60 dias do envio, o que estava atrasando a liberação dos recursos. Destacou que outros municípios também enfrentavam situações semelhantes e que o recurso precisava ser distribuído entre diferentes áreas da saúde, como ginecologia, pediatria, equoterapia e atendimento relacionado ao autismo e desenvolvimento infantil. O secretário afirmou que o município aguardou a aprovação do plano para poder contratar serviços e ampliar a oferta de atendimentos especializados. Informou ainda que as emendas parlamentares já haviam sido aprovadas e agradeceu o apoio recebido de deputados, ressaltando que esses recursos contribuíram significativamente para o custeio da saúde municipal. Por fim, explicou que o recurso em questão dependia exclusivamente da aprovação do Ministério da Saúde e que estavam sendo feitas articulações para acelerar a análise e viabilizar sua utilização. Ao esclarecer dúvidas sobre o recurso de aproximadamente R\$ 1,3 milhão do Ministério da Saúde, o secretário explicou que o valor foi destinado ao custeio dos serviços de saúde, e não à implantação de um novo programa. Informou que o recurso fazia parte dos blocos PAP e MAC e que o município recebeu valores dentro do teto orçamentário definido pelo Ministério, que poderiam variar anualmente conforme a produção e os indicadores de cada cidade. Ele destacou que o município havia aumentado seu teto de repasse devido ao desempenho dos serviços e à correta alimentação dos sistemas de informação da saúde, o que possibilitou maior acesso aos recursos federais. Ressaltou também que esses valores não eram fixos e poderiam sofrer alterações nos próximos anos. O secretário explicou que o recurso era de alcance nacional, sendo distribuído para todos os municípios, embora com valores diferentes conforme critérios técnicos. Por fim, afirmou que o município aguardava a liberação formal do recurso para iniciar a implantação de novos serviços e reforçou a importância de acompanhamento político e administrativo para agilizar o processo junto ao Ministério da Saúde. Obtenha respostas mais inteligentes, carregamento de imagens e de arquivos e muito mais. O secretário falou que na semana passada o nosso município foi contemplado com um veículo, uma van, do programa Mais Especialistas. Esse veículo não veio para todos os municípios, ele veio para macro região. Então veio dois micro-ônibus e duas vans, quatro veículos para distribuir em Paranavaí, na regional de Paranavaí. Esses veículos eram exclusivamente para hemodiálise e oncologia, transporte de pacientes. Claro, poderiam ser usados para outro transporte de pacientes desde que não atrapalhasse a agenda. Porque esse veículo teria uma produção

João Lemes da Silva, 485, CENTRO - CEP: 87.650-026 – CRUZEIRO DO SUL - PARANÁ

Email: camara@cmcruzeirodosul.pr.gov.br site: www.cmcruzeirodosul.pr.gov.br (44) 3112-2470

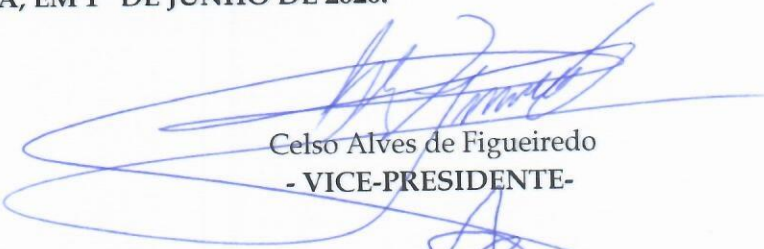


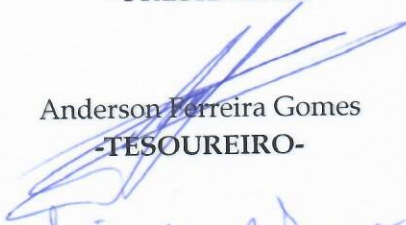
ESTADO DO PARANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
CNPJ. 01.517.961/0001-30

e parecia que o Ministério também iria mandar um recurso para se bancar esse veículo. Então, nós fomos contemplados com uma van de 16 lugares, no valor de 390 mil reais. Neste momento, a senhora presidenta solicitou se havia algum outro assunto a ser tratado. Não havendo manifestação dos pares, declarou encerrada a sessão, solicitando a mim Giovanni Bernardes da Cunha, secretário *ad hoc*, que redigisse a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada, pela senhora presidenta e por todos os vereadores presentes.

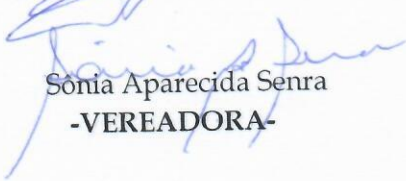
SALA DE SESSÕES VEREADOR CELITO RASVAILER, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL- ESTADO DO PARANÁ, EM 1º DE JUNHO DE 2026.

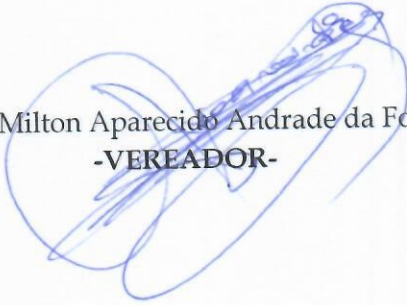

Silvana Aparecida Dutra Viana
- PRESIDENTA-


Celso Alves de Figueiredo
- VICE-PRESIDENTE-


Anderson Ferreira Gomes
- TESOUREIRO-


Milton Monteiro
-VEREADOR-


Sônia Aparecida Senra
-VEREADORA-


Milton Aparecido Andrade da Fonseca
-VEREADOR-


Lucas Alves Donatão
-VEREADOR-